



Brito & Sukiennik

Advogados Associados

Ano II Edição nº 015 Brasília, agosto de 2009

Notícias do Escritório

- Brito & Sukiennik prestigia posse no TRT 12^a

América do Sul - Política

- O adeus ao dólar no Mercosul
- Banco do Sul sai do papel em 2010, com US\$ 7 bi de capital
- A eleição do Parlasul

Comércio Exterior

- Cresce o número de pequeno importador
- Chance para produtos brasileiros
- China aumenta participação nas exportações do DF

Meio Ambiente

- E eu com isso?
- Ações envolvendo criação de parque nacional interestadual devem ser julgadas nas capitais dos entes afetados
- Itamaraty confirma que Brasil terá meta contra aquecimento

Judiciais

- STF vota pela extinção do crédito-prêmio de IPI em 1990

Brazilian Issues

- UNICA supports the creation of a national carbon cap and trade system
- White House staffers learn about Brazilian ethanol

Brito & Sukiennik prestigia posse no TRT 12^a



Bernardo Pablo Sukiennik participou, a convite do Tribunal Regional do Trabalho da 12^a Região – Santa Catarina, da sessão solene de posse da Excelentíssima Doutora Mari Eleda Migliorini, na Sala de sessões desse Tribunal, em Florianópolis, no dia 07/08/09. Após a cerimônia, foi oferecido jantar no late Clube Veleiros da Ilha.

Natural de Curitiba (PR), a juíza Mari Eleda ingressou na magistratura trabalhista catarinense em 1989. Tem

especialização em Processo Civil pela PUC/RS e mestrado em Ciência Jurídica, pela Univali, no qual defendeu a dissertação, sobre "a teoria da desconsideração da personalidade jurídica diante da autonomia patrimonial da pessoa jurídica".



Sukiennik ao lado de sua namorada Jussiara (dir.) e de familiares da Dr. Mari.

O adeus ao dólar no Mercosul

O Conselho do Mercado Comum do Mercosul aprovou ontem a substituição do dólar por moedas locais no intercâmbio comercial do bloco sul-americano. Reunidos na 37ª Cúpula de Assunção (Paraguai), os ministros dos países-membros defendem que a medida serve para enfrentar a crise econômica mundial.

Com o acordo para substituir o dólar, toda atividade que implique o uso de dinheiro será realizada com moedas de nossos países, sem ter o dólar como referência, disse o vice-ministro paraguaio das Relações Exteriores, Oscar Rodríguez. A medida terá uma grande repercussão em todas as atividades econômicas.

Paraguai e Uruguai estarão incorporados ao novo sistema de intercâmbio a partir do fim de 2010, depois da conclusão de detalhes técnicos envolvendo os bancos centrais dos dois países.

Atualmente, Brasil e Argentina já realizam trocas comerciais usando o real e o peso argentino em seu comércio. Os dois países adotaram um acordo bilateral para o comércio em moeda local, mecanismo que beneficia principalmente as pequenas e médias empresas pela economia na intermediação de divisas com o dólar.

Crescimento econômico

Os ministros da Economia e presidentes de bancos centrais reunidos em Assunção estimaram que o Bloco vai crescer este ano com as políticas de expansão adotadas para se enfrentar a crise mundial.

Os países têm adotado, em geral, políticas monetárias e fiscais expansivas para atenuar o efeito da recessão mundial destacou o ministro da Fazenda do Paraguai, Dionisio Borda.

Os relatórios dos especialistas revelam que a maioria dos países terá crescimento em 2009, exceto Chile e Paraguai, destacou Borda.

Borda lembrou que o Chile calcula para 2009 uma queda do PIB de 1%, enquanto o Paraguai deve sofrer um recuo de 3% a 4%. Na outra ponta, a Bolívia deve obter um avanço do PIB de 4%. O Brasil tem uma expectativa de queda de 0,34%, segundo analistas ouvidos pelo Banco Central.

Os níveis de crescimento de nossos países são muito mais promissores do que os previstos pelos organismos multilaterais e os setores privados destacou o funcionário paraguaio, ao comentar os relatórios dos ministros presentes em Assunção. Estamos saindo da crise, cujos canais de transmissão foram o setor

financeiro, a retração do envio de dinheiro dos emigrantes e a queda no comércio internacional.

Lula e Kirchner

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua colega argentina, Cristina Fernández de Kirchner, aproveitaram o encontro de Assunção, no encerramento da Cúpula, para tentar aparar as arestas comerciais entre os dois países.

Discutimos sobre todas as questões bilaterais e concordamos que os ministros dos dois países se reunirão para repassar a agenda comum disse a presidente argentina à imprensa, no fim da reunião.

O encontro ocorre no pior momento, nos últimos anos, das relações comerciais entre os dois países. Depois de uma sequência de medidas protecionistas do governo argentino, o Itamaraty avalia a possibilidade até de recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o vizinho de bloco. Além de não só restringir as importações de calçados brasileiros, o governo da Argentina permitiu a ocupação do mercado local por similares chineses.

Fonte: JORNAL DO BRASIL. O adeus ao dólar no Mercosul. **Página do Ministério das Relações Exteriores.** Brasília, jul. 2009. Disponível em:

http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=602348

Banco do Sul sai do papel em 2010, com US\$ 7 bi de capital

O ministro coordenador da Política Econômica do Equador, Diego Borja, disse ontem que o Banco do Sul, integrado por sete países sul-americanos, vai entrar em operação em 2010.

O Banco do Sul entrará em funcionamento em 2010. Avançamos em todos os processos para sua constituição de forma responsável disse Borja, durante a Cúpula do Mercosul, em Assunção.

Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela selaram em maio o acordo definitivo para inaugurar o Banco do Sul, com um capital de US\$ 7 bilhões.

Superamos os empecilhos, já definimos um esquema de votação, de modo que acho que saiu de uma estagnação, que certamente houve, e que agora já vai entrar em operação informou.

O ministro equatoriano explicou que os investimentos na entidade regional serão feitos em um prazo de 10 anos, de acordo com o tamanho das economias de cada um dos parceiros.

De acordo com o estipulado em maio, o banco terá um capital inicial de US\$ 7 bilhões, dos quais Brasil, Argentina e Venezuela fornecerão US\$ 2 bilhões, cada um. Equador e Uruguai vão investir US\$ 400 milhões cada um e os US\$ 200 milhões restantes serão desembolsados pela Bolívia e pelo Paraguai.

Cada parceiro terá um voto no diretório, mas a aprovação de empréstimos maiores que US\$ 70 milhões vai necessitar do apoio de dois terços do capital assinado.

Fonte: JORNAL DO BRASIL. Banco do Sul sai do papel em 2010, com US\$ 7 bi de capital. **Página do Ministério das Relações Exteriores.** Brasília, jul. 2009. Disponível em:

http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=602351

A eleição do Parlasul

Desde a criação do Mercosul, em 1991, muitas decisões sobre o comércio no Cone Sul têm sido tomadas.

O Mercosul tem sido lugar também para projetos envolvendo infraestrutura, educação e defesa.

Ocorre que a estrutura do Mercosul é formada por uma série de fóruns negociadores compostos por diplomatas, técnicos e representantes dos mais diversos ministérios dos países-membros, que se reúnem em encontros itinerantes de maior ou menor periodicidade.

Essa complexidade não facilita a compreensão das decisões que são tomadas na esfera regional. Soma-se a isso a limitada publicidade de parte dessas reuniões. Em geral, desconhecemos a agenda e a pauta dos encontros, os participantes e o conteúdo das deliberações.

As informações sobre o andamento das negociações ficam concentradas no Poder Executivo, responsável

pelo processo de integração.

Essa situação está na origem da criação do Parlamento do Mercosul, em 2005. A assembleia está ativa desde o início de 2007 e já realizou até o momento mais de vinte reuniões plenárias, a maioria delas em Montevidéu, sede do Parlamento e da maioria das instituições do bloco. Um dos objetivos dos parlamentares é democratizar a estrutura do Mercosul. Isso é fundamental para que o bloco cumpra com mais eficácia suas metas de "desenvolvimento econômico com justiça social" e "união estreita entre seus povos".

Com todas as mazelas do Poder Legislativo, pode-se perguntar: quanto custará ao bolso do cidadão mais um órgão público sujeito à inércia e à corrupção? Quem viveu a ditadura militar sabe das vantagens de um congresso forte, plural e democrático. Cabe então a pergunta ao inverso: o que nos custa a falta de democracia? Quanto custa a ausência de instâncias fiscalizadoras próprias dos órgãos executivos do Mercosul? Ou quais seriam os benefícios de uma maior participação social na definição das prioridades para a construção da integração regional? O Mercosul sempre foi alvo de críticas.

Sabe-se muito pouco sobre seus propósitos e ações concretas; sabe-se muito mais sobre suas falhas e limitações. A existência de uma assembleia regional com parlamentares dedicando-se exclusivamente pode contribuir para um Mercosul melhor, mais eficaz e mais democrático, onde a cooperação substitua os conflitos e a aproximação dos povos trace um promissor futuro em comum.

EVANDRO CARVALHO é professor da FGV Direito Rio. CLARISSA DRI é professora e estuda no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Bordeaux.

Fonte: O GLOBO. A eleição do Parlasul. **Página oficial do Ministério do Planejamento**. Brasília, jul. 2009. Disponível em: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2009/7/30/a-eleicao-do-parlasu>

Cresce o número de pequeno importador

Mesmo com a retração do mercado doméstico e a queda forte nas importações, o número de empresas que compraram produtos no exterior no primeiro semestre de 2009 foi maior que no mesmo período de 2008, quando havia forte expansão econômica. Os importadores aumentaram de 25.980, de janeiro a junho do ano passado, para 26.296, no mesmo período de 2009, enquanto o valor das mercadorias compradas no mercado externo caiu de US\$ 79,34 bilhões para US\$ 55,97 bilhões.

Os dados surpreenderam o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, que fez o levantamento. É curioso os importadores estarem crescendo mais que os exportadores, afirmou ao Estado o secretário adjunto de Comércio Exterior, Fabio Martins Faria. Ele disse que os dados surpreendem porque o mercado doméstico se contraiu este ano.

Faria acredita que o movimento pode revelar uma tendência das empresas de buscar fornecedores internacionais para reduzir custo e ganhar competitividade. Este é um fenômeno que vai merecer estudo mais aprofundado ao longo do ano.

A maior adesão de empresas ocorreu na faixa de importações até US\$ 100 mil. Há mais firmas importando pequenos valores. Para o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, o movimento é inexplicável. Era para ter caído. Os números vão contra o fluxo natural das empresas importadoras. Ele lembrou que nos anos anteriores a entrada e saída de empresas nas operações de importações acompanharam o movimento do câmbio.

Para Castro, a valorização do real ocorrida a partir de maio ainda não teve impacto nas compras internacionais, o que deve ocorrer somente a partir de agosto. Não tem explicação. Não foi o câmbio. Até março, o câmbio desestimulava as importações, afirmou.

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO. Cresce o número de pequeno importador. **Página oficial do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, jul. 2009. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=596805

Chance para produtos brasileiros

A curto prazo, mau negócio para a Colômbia e bom para o Brasil. A longo prazo, um péssimo negócio para a Venezuela, que se mantém agrodependente. O presidente venezuelano, Hugo Chávez, determinou ontem que se inicie a substituição das importações da Colômbia por produtos brasileiros. Estas compras não são imprescindíveis para nós, podemos obtê-las em muitos países, como no Brasil, declarou.

O Brasil tem potencial ainda para aumentar sua exportação infelizmente para nós, que estamos no setor pecuário, contou ao Correio por telefone, Pedro Piñate, diretor do Centro de Estudos Pecuários em Maracay. Segundo ele, as principais mercadorias que chegam da Colômbia como carne, gado e alimentos em geral, além de veículos, poderiam ser substituídos por produtos brasileiros.

Piñate revela que não há como aumentar a produção desses bens no próprio país. Segundo ele, investiu-se muito dinheiro público em agricultura, mas as colheitas são invisíveis. Ele explica que o governo de Chávez se empenhou em projetos pouco produtivos e tem expropriado fazendas e propriedades privadas dedicadas à agricultura. Não há segurança (jurídica) para novos investimentos. Então, a produção vai continuar diminuindo na Venezuela e vamos seguir dependendo das importações, resume.

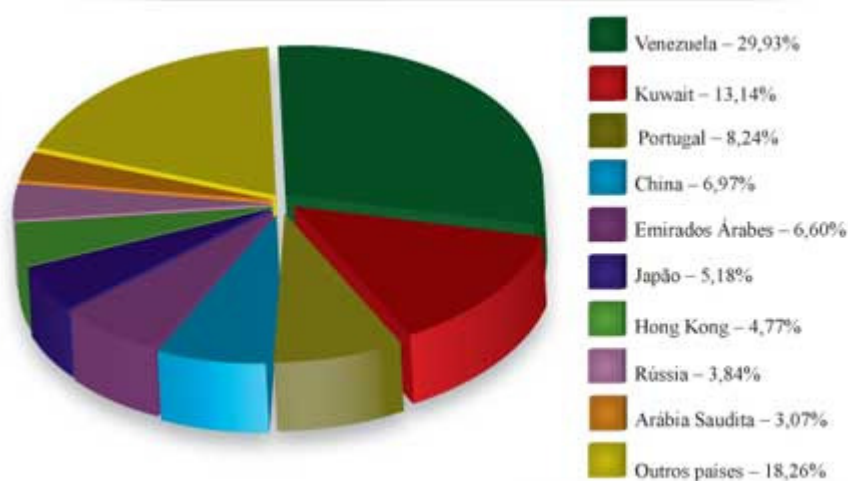
Comércio

Nos últimos 10 anos, o Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC) já vinha registrando um aumento das exportações do Brasil para a Venezuela. Em 1999, o Brasil vendeu US\$ 536 milhões. Em 2008, o valor foi quase 10 vezes maior: US\$ 5,15 bilhões. O órgão atribui o aumento não só aos históricos confrontos entre Chávez e o presidente colombiano, Álvaro Uribe que engordou a fatia de mercado brasileiro, mas também à política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que investiu na ampliação do comércio a mercados não tradicionais, como América Latina, África e países árabe, asiáticos e do Leste da Europa. Para se ter uma ideia, segundo dados do MDIC, o Brasil também registrou um forte aumento das exportações para a Colômbia: de US\$ 402,9 milhões em 1999 para US\$ 2,29 bilhões em 2008.

Fonte: CORREIO BRAZILIENSE. Chance para produtos brasileiros **Página do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, jul. 2009. Disponível em:

http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=604088

China aumenta participação nas exportações do DF



A China transformou-se no principal destaque no ranking dos países que compram produtos das indústrias do Distrito Federal. Apesar de a liderança permanecer com a Venezuela (29,93%), os chineses importaram nos sete primeiros meses de 2009, US\$ 4,577 milhões e já ocupam a quarta posição no ranking dos países importadores. Em 2008, a China adquiriu US\$ 1,278 milhão e, em apenas sete meses deste ano, as indústrias da capital federal tiveram um aumento de 258,07% nas vendas para a China.

Os números são da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, referentes ao período janeiro a julho de 2009. Os dados consolidados mostram também o aumento das importações por parte do Kuwait. Em sete meses, as vendas para aquele país totalizaram US\$ 8,632 milhões (13,14%), ocupando o segundo lugar; seguido por Portugal (US\$ 5,414 milhões).

Para o presidente da Federação das Indústrias do DF (Fibra), Antônio Rocha, a diversificação do ranking permite à indústria da capital federal "não depender das vendas para determinado país". Um dos exemplos é a Venezuela. Embora o parceiro sul-americano permaneça no topo dos importadores, verifica-se uma redução das importações. No ano passado, 44,68% das exportações brasilienses foram para a Venezuela, mas, em sete meses de 2009 a participação caiu para 29,93%. Os dados da balança comercial registram uma redução de 4,71 pontos percentuais na comparação entre os meses de junho e julho deste ano.

Enquanto isso, a Sadia permanece na liderança entre as indústrias exportadoras. Em sete meses foram enviados US\$ 49,155 milhões (74,84%) em frangos e miudezas. O ranking conta com a Multigrain (US\$ 7,302

milhões); Petrobras (US\$ 6,712 milhões) e ADM do Brasil (US\$ 763 mil). Deste modo, as indústrias do Distrito Federal deram sinais de recuperação das exportações em julho deste ano. As empresas da capital federal enviaram US\$ 14,778 milhões em mercadorias. Este resultado representa crescimento de 74,53% em comparação com o volume exportado em junho, mas um recuo de 27,09% se comparado a igual período do ano passado.

As vendas externas entre janeiro e julho de 2009 totalizaram US\$ 65,684 milhões, queda de 30,41% na comparação com os sete primeiros meses de 2008. Rocha avalia que o desempenho das exportações no mês passado pode sinalizar a recuperação da economia local. Segundo ele, a indústria brasileira vem indicando que os efeitos da crise financeira mundial estão se diluindo. “Os indicadores industriais divulgados recentemente mostravam uma melhora. O comércio exterior era o único setor que ainda não havia reagido”, disse o líder empresarial.

No entanto, Rocha avalia a importância de monitorar o resultado das exportações, pois o mercado ainda não se encontra totalmente livre dos problemas do comércio internacional. O câmbio é um dos principais entraves para a recuperação das vendas externas. Mas, os dados preliminares da balança comercial brasileira indicam melhoras nas vendas externas no mês de agosto, o que poderá refletir positivamente no desempenho comercial das indústrias do DF.

E, para melhorar ainda mais o desempenho, com finalidade de inserir as indústrias brasileiras no mercado internacional, a Fibra tem colocado em prática o Programa de Capacitação Empresarial em Comércio Exterior. Deste modo, no dia 25 de agosto, às 17h, na sede da Federação, ocorrerá palestra “Exporta Fácil: O serviço de exportações dos Correios”, com o especialista José Maurício de Souza. As inscrições são gratuitas e a quantidade de vagas limitada. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 3362-3850.

Importações do DF

Já as importações do DF somaram US\$ 105,795 milhões em julho, aumento de 1,24% em comparação a US\$ 104,497 milhões em igual mês do ano passado. As compras no mercado externo indicam aumento de 15,03% no mês passado em comparação com junho deste ano. Em sete meses, as importações chegam a US\$ 615,942 milhões, acréscimo de 6,28% em comparação aos US\$ 579,5 milhões importados entre janeiro e julho de 2008.

O Ministério da Saúde é o principal importador do DF. Em sete meses foram adquiridos no mercado externo US\$ 359,952 milhões em derivados para produção de medicamentos. Isso representa 58,44% do volume importado. O laboratório EMS S/A ocupa a segunda posição no ranking com US\$ 44,473 milhões (7,22%) seguido pelo Ministério da Justiça, US\$ 37,940 milhões (6,16%).

Os Estados Unidos venderam US\$ 178,801 milhões (29,03%) nos sete primeiros meses de 2009, seguido por Alemanha (US\$ 98,291 milhões); França (US\$ 54,332 milhões); Suíça (US\$ 40,195 milhões) e Índia (US\$ 29,682 milhões). A China ocupa a oitava posição no ranking dos países exportadores para o DF: US\$ 20,156 milhões.

Fonte: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL. China aumenta participação nas exportações do DF. **Página oficial da FIBRA**. Brasília, ago 2009. Disponível em:

<http://www.sistemafibra.org.br/fibra/content/view/3636/>

E eu com isso?

A regularização das áreas rurais do Distrito Federal não interessa apenas aos produtores. A situação de instabilidade dessa categoria compromete a produtividade agrícola na capital, o que acaba por interferir também na rotina urbana. Sem o registro de posse da terra situação que cria entraves para conseguir contratos de financiamentos uma parte dos produtores opta por mudar para Goiás. Além disso, em função da instabilidade no setor, as gerações mais novas das famílias de produtores rurais têm se desinteressado pela atividade. As duas situações comprometem a oferta de produtos agrícolas e, com o tempo, aumenta a necessidade de importação gerando um acréscimo de preços para quem mora na cidade e consome o que sai do campo.

Fonte: CORREIO BRAZILIENSE. E eu com isso?. **Página do Sistema de Informações FUNCEX**. Rio de Janeiro, jul. 2009. Disponível em: <http://si.knowtec.com/scripts-si/MostraNoticia?&idnoticia=22277&idcontato=2449&origem=fiqueatento&nomeCliente=FUNCEX&data=2009-07-08>

Brasil, 20/07/2009-STJ

Ações que envolvem a criação de parque nacional abrangendo áreas de dois estados ou mais devem ser processadas e julgadas nas capitais dos estados envolvidos ou no Distrito Federal. A decisão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a incompetência da Subseção Judiciária de Umuarama (PR) sobre ação civil pública contra a criação do Parque Nacional da Ilha Grande.

O decreto atacado pelo Ministério Público criou o parque abrangendo nove cidades dos estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, sem plano de manejo e afetando atividades econômicas como a pesca. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) havia mantido a decisão do juízo de Umuarama, mas o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) recorreu, sendo atendido pelo STJ.

O relator, ministro Mauro Campbell Marques, ressaltou que as questões resultantes da criação de parque nacional abrangendo áreas de dois estados membros terá caráter nacional, conforme dispõe a Lei n. 7.347/85 – que disciplina a ação civil pública de responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico – e o Código de Defesa do Consumidor, que determina o foro para ações de caráter nacional ou regional. A decisão foi unânime.

Fonte: LEX UNIVERSA. Ações envolvendo criação de parque nacional interestadual devem ser julgadas nas capitais dos entes afetados **Página Oficial da Lex Universa**. Brasília, jul. 2009. Disponível em: <http://lexuniversal.com/pt/news/8468>

Itamaraty confirma que Brasil terá meta contra aquecimento

13/08/2009

O Brasil deverá apresentar números específicos de redução de emissões de gases poluentes durante a conferência do clima de Copenhague, em dezembro, confirmou na terça-feira (11) o Itamaraty. Serão "ações quantificadas", afirmou Sérgio Serra, embaixador extraordinário para a mudança do clima, durante reunião informal da Convenção do Clima das Nações Unidas que acontece em Bonn, Alemanha, até sexta-feira (14).

Ainda se discute como esse número será calculado. Mas, apresentando objetivos quantificados no âmbito da convenção o país poderá ser cobrado internacionalmente sobre as suas ações no combate ao aquecimento global e ao desmatamento na Amazônia.

A proposta representa uma mudança de posição do Brasil em relação à adoção de metas de redução pelas nações pobres. "Mas o número também servirá para colocar uma exigência maior aos países desenvolvidos, já que a meta tem potencial para ser maior que a soma de reduções de vários deles", disse Luiz Alberto Figueiredo Machado, negociador-chefe de clima do Brasil.

"Só espero que não seja um discurso vazio", disse João Talocchi, coordenador da campanha de clima do Greenpeace. "Não adianta nada chegar aqui com um plano bonito ao mesmo tempo em que se constroem estradas como a BR-319 na Amazônia, por exemplo."

Sobre as críticas que vêm sendo feitas ao país por não querer a inclusão, no mercado de carbono, do Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), os diplomatas brasileiros em Bonn disseram que o financiamento para evitar o desmatamento viria de várias fontes - até do mercado de carbono.

Para Figueiredo, a rodada de discussões em Bonn evidenciou que falta avançar nas discussões do financiamento de ações de combate ao aquecimento global. "Hoje, não se diria que haverá um resultado ambicioso", disse Serra. O Secretariado da Convenção do Clima da ONU pede US\$ 250 bilhões dos ricos para os países mais pobres. Mas os ricos querem financiar grande parte dessa quantia com dinheiro conseguido no mercado de capitais. (Fonte: Folha Online)

Fonte: FOLHA ON LINE. Itamaraty confirma que Brasil terá meta contra aquecimento. **Página Oficial da Ambiente Brasil**. Brasília, ago. 2009. Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=47518>

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) negaram provimento aos Recursos Extraordinários que discutem a extinção do crédito-prêmio do IPI. O Plenário acompanhou por unanimidade o voto do ministro relator Ricardo Lewandowski nos REs 561485 e 577348. Ele entendeu que o incentivo fiscal deixou de vigorar dois anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, como determinou o artigo 41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O ministro explicou que o Decreto Lei (DL) 491/69, que instituiu o crédito-prêmio, não previa sua extinção. Em 1979, prosseguiu ele, foi editado o DL 1.658/79, que previa a extinção gradual do incentivo até junho de 1983. Na sequência, continuou o ministro, o governo editou o DL 1.722/79, alterando o DL 1.658 para delegar ao ministro da Fazenda o poder para reduzir ou mesmo extinguir o incentivo.

Ainda naquele ano, veio o DL 1.724/79, que revogava a data prevista para o fim do crédito-prêmio, e novamente concedia poderes ao ministro da Fazenda para aumentar, diminuir, ou até mesmo extinguir o incentivo. Depois de algumas portarias do ministro da Fazenda prevendo a extinção do incentivo, foi editado o DL 1.894/81, que restabeleceu o estímulo, sem prazo para seu fim, e novamente delegando poderes ao ministro da Fazenda.

Lewandowski frisou que em 2001, o STF declarou a inconstitucionalidade parcial dos DLs 1.724 e 1.894, mas apenas na parte em que as normas delegavam poderes ao ministro da Fazenda para reduzir ou extinguir o incentivo. Assim, disse o ministro, a parte do DL 1.894 que restabeleceu a vigência do crédito-prêmio, sem previsão de termo final, estaria em pleno vigor.

Setorial

Mas, com a promulgação da Constituição de 88, asseverou Lewandowski, o crédito-prêmio teve seu prazo de validade determinado pelo artigo 41 do ADCT. Para o ministro, o dispositivo previu a revogação de incentivos setoriais em dois anos, caso não fossem confirmados por lei. Para o relator, o crédito-prêmio se encaixa perfeitamente no conceito de incentivo fiscal de natureza setorial. Isso porque o crédito-prêmio foi criado, no seu entender, para beneficiar o setor industrial e exportador, uma vez que faz menção expressa a produtos manufaturados.

Assim, como não foi editada lei visando a manutenção do crédito-prêmio, para o relator o incentivo foi extinto em outubro de 1990. Ao final de seu voto, ele considerou que como o incentivo encerrou-se em 1990, o prazo para ingresso de ações judiciais pedindo restituição dos créditos decorrentes deste incentivo se daria no prazo legal de cinco anos, em 1995, portanto.

Todos os ministros votaram com o relator a fim de negar provimento aos recursos. Assim como Lewandowski, eles concordaram que o crédito-prêmio é um favor fiscal e tem natureza setorial. Ressaltaram ainda, que este é um tipo de incentivo que protege o setor exportador.

RE 577302

O Recurso Extraordinário 577302 não foi analisado pela Corte (não conhecido), pois na decisão que estava sendo questionada, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) não definiu a data de extinção do incentivo do crédito-prêmio no IPI para exportadoras. Assim, como a matéria não teria sido prequestionada, ou seja, analisada pelo STJ, não cabe ao Supremo analisar o recurso.

[Íntegra do voto do ministro-relator Ricardo Lewandowski](#)

Fonte: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF vota pela extinção do crédito-prêmio de IPI em 1990. **Página Oficial do STF**. Brasília, ago. 2009. Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=111886>

UNICA supports the creation of a national carbon cap and trade system

The benefits of creating a carbon cap and trade system in Brazil were the main focus of discussion during a meeting in Washington between the president of the Brazilian Sugarcane Industry Association (UNICA), Marcos Jank, and leaders of various American NGOs involved in the climate change debate. The event was hosted in March by the Brazil Institute and the Environmental Change and Security Program, both part of the Woodrow Wilson International Center for Scholars. In the beginning of August, the Brazil Institute released a special report on the meeting, detailing the main challenges and issues raised and discussed by the participants.

During his opening remarks, Jank highlighted the connection between creating a cap and trade system and

controlling deforestation in the Amazon, along with many other benefits of a carbon market. "This would allow the agroenergy sector to trade one more bioproduct of sugarcane: Its ability to capture carbon. Besides that, it will allow the control of deforestation of the Amazon to work as a source of carbon credits for Brazil," said the president of UNICA.

To effectively create a cap and trade system in Brazil, Jank argued that civil society will have a crucial role. "Maintaining pressure is vital to balance the different opinions between the Foreign Affairs Ministry, which is not keen on the idea, and the Environment Ministry, which is in favor. "We also have conflicting opinions within the energy industry," according to Jank, who believes the next step is to promote greater understanding of the issue, which is complex. This could be accomplished through debates and conferences, like the one organized by the Wilson Center.

Bilateral Agenda

According to the director of the Brazil Institute, Paulo Sotero, climate change and biofuels are and will remain at the center of US-Brazil relations, since both items are part of both countries' bilateral, regional and global agendas. In December, Presidents Luiz Inácio Lula da Silva and Barack Obama will attend the United Nations Climate Change Conference in Copenhagen to discuss a new international agreement that will replace Kyoto.

Sotero added that it is part of the Brazil Institute's mission to facilitate dialogue between different actors to promote greater understanding of both virtues and challenges of the Brazilian agroenergy sector. "The objective of the Wilson Center is to promote dialogue about the quality of public policies in different countries. Cooperation in the biofuels area has been a part of the US-Brazil bilateral agenda since 2007 and we believe it is essential to deepen and broaden this dialogue, since the two countries represent 80% of world ethanol production and are, clearly, in favor of the use of sustainable energy."

Other participants at the event included Barbara Bramble, from the National Wildlife Federation; Jay Caldwell, Center for American Progress; Jason Clay, World Wildlife Fund; Clifford Duke, Science Programs at the Ecological Society of Americas; Dave Hamilton, Global Warming & Energy Programs at the Sierra Club; Jim Harkness, Institute for Agriculture and Trade Policy; director of Environmental Change and Security Program do Woodrow Wilson Center, Geoff Dabelko; and UNICA's chief representative for North America, Joel Velasco.

To read the brief summary of the event and see the full list of participants, please [click here](#).

Source: UNICA. UNICA supports the creation of a national carbon cap and trade system. **Website of Unica.** São Paulo, ago. 2009. Available on: <http://english.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode={EB440845-7257-4468-9798-BB0421B784DA}>

White House staffers learn about Brazilian ethanol

The productivity of Brazil's ethanol industry, whose large-scale production was introduced in the country in the 70's, was one of the main topics of a recent trip to the country by 16 young staffers from the White House. To expand their knowledge about the Brazilian ethanol industry and its known technological advancements, the group visited the São Paulo headquarters of the Brazilian Sugarcane Industry Association (UNICA) and the Batatais plant in upstate Sao Paulo for a first-hand look at both agricultural and industrial processes in ethanol production.

The trip was part of an educational program managed by the U.S. government called White House Fellows Program, aimed at providing the opportunity for participants to develop a strategic view of key sectors of the world's economy.

Expanding market

At UNICA, the group was briefed on the technical advancements achieved by the Brazilian sugar-energy industry, particularly those associated with the National Alcohol Program (Proalcool), launched in the 1970s as an alternative to imported fossil fuels. After a successful period that lasted into the 1980's followed by a difficult stretch in the 1990s, ethanol made a strong comeback as an alternative fuel source in 2003, with the introduction of Flex-Fuel technology by the auto industry.

The flex system, which allows drivers to use ethanol, gasoline or any combination of the two, is found in 35% of the light vehicle fleet currently on the road in Brazil. According to the National Automakers Association (Anfavea), 92% of all light vehicles licensed in Brazil between January and July of 2009 were Flex-Fuel.

To learn more about the White House Fellows Program [click here](#).

Source: UNICA. White House staffers learn about Brazilian ethanol. **Website of Unica**. São Paulo, ago. 2009.
Available on: <http://english.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode={CBD9A90F-23DB-4A96-81F5-401D3E170024}>

Contato

Brito & Sukiennik - Advogados Associados

www.advogadosdomercosul.com

www.abogadosdelmercosur.com

www.mercosurlawyers.com

SEPS 707/907 Bl "E" sl 410
Ed San Marino - Asa Sul
70390-078 Brasília - DF-Brasil

Tel: +55 61 3242-8933
